

# Carta será promulgada às 15h30 do dia 5



Está tudo pronto para o ato de solenidade de promulgação da nova Constituição, no dia 5 de outubro. A Mesa da Constituinte,

presidida pelo deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), reuniu-se ontem para definir todos os detalhes. Ulysses vai sugerir ao presidente José Sarney, a quem entregará pessoalmente o convite para participar da solenidade, na próxima semana, que ele declare feriado no dia da promulgação, que poderia ser local no Distrito Federal e facultativo no restante do País. O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, acatou a sugestão, feita pela Mesa de fazer com que todos os sinos de igrejas do País toquem no momento da promulgação da nova Carta, às 15h30.

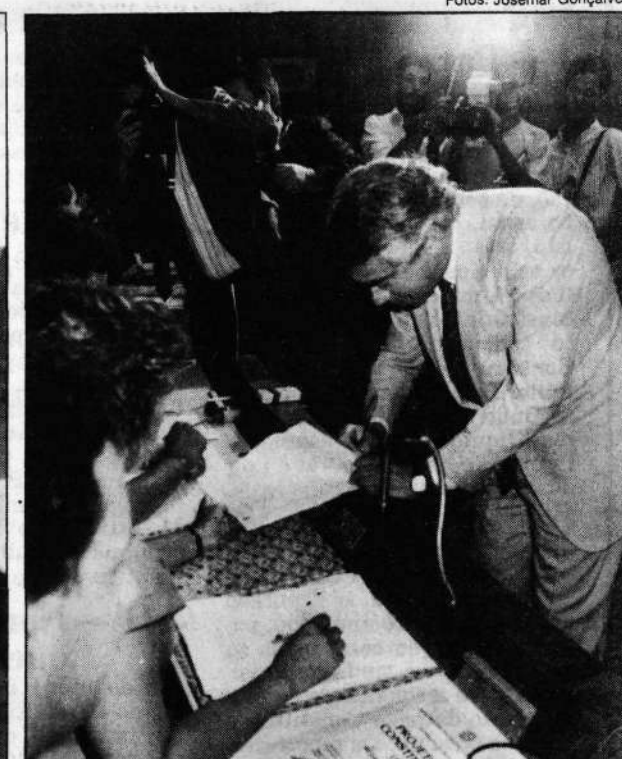
De acordo com o segundo vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), a previsão é que dois mil convidados ocupem as galerias da Câmara dos Deputados, que serão transformadas em tribuna de honra. Estão convidados para a solenidade presidentes de todas as Assembléias Legislativas, governadores, ministros de Estado, corpo diplomático, presidentes de Parlamentos das três Américas, dos países de língua portuguesa e da Espanha. Além destes, vão comparecer também os presidentes das confederações sindicais de trabalhadores e de empresários, além dos das três centrais sindicais do País: CUT, CGT e USI.

## Ato ecumênico

Às 9h00 da manhã, haverá uma celebração de um ato ecumênico no gramado em frente ao Congresso Nacional. A solenidade da promulgação deverá durar 40 minutos, segundo Jorge Arbage. Em primeiro lugar o deputado Ulysses Guimarães presta o juramento à nova Constituição, sendo acompanhado pelos constituintes. Em seguida é a vez do presidente José



Ulysses reuniu a Mesa da Constituinte para definir detalhes da festa, que deve ter sinos e até feriado



Sigmaringa quer DF com Judiciário autônomo

Sarney fazer o juramento, e logo depois o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer. Após a solenidade haverá o lançamento do selo comemorativo à promulgação no Salão Negro do Congresso, seguido de um coquetel para os convidados.

Cada constituinte terá direito a dois convites, para parentes e amigos que assistirão à solenidade em quatro telões: dois no Salão Verde da Câmara, um no auditório Petrônio Portela, no Senado, e outro no Nereu Ramos, na Câmara. Haverá também a distribuição de medalhas de ouro para Ulysses Guimarães, Sarney, Humberto Lucena, o presidente do STF e relator Bernardo Cabral, de prata para os constituintes e de bronze para assessores da Constituinte e algumas autoridades.

## Sugestões poderão chegar a 650

Os constituintes apresentaram ontem 326 sugestões de redação ao projeto de Constituição que deverão ser analisadas pela Comissão de Redação na segunda-feira. O prazo para encaminhar sugestões termina hoje às 18h00 e a previsão é de que o número alcançado ontem dobre. O deputado Aloísio Campos (PMDB-PB) foi o campeão nas propostas: encaminhou 56 sugestões. O segundo lugar ficou com o deputado Nelson Aguiar (PDT-ES), ao sugerir 32 correções de redação ao texto.

A maioria das sugestões apresentadas ontem se restringe a corrigir a redação do texto. Entretanto, alguns constituintes apresenta-

ram propostas que podem ser consideradas de mérito. O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), por exemplo, apresentou uma redação nova para o inciso I do parágrafo 2º do artigo 73, que trata da escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União. Para começar o texto, no projeto, tem três linhas e a nova redação proposta por Alcântara tem sete, com várias palavras que podem alterar a interpretação do dispositivo. A alteração começa logo no início do texto propondo que um terço dos ministros do TCU sejam escolhidos pelo Presidente da República mediante aprovação do Senado Federal. A redação do projeto diz que os ministros serão

escolhidos pelo Presidente, com aprovação do Senado.

### Minúncias

O constituinte Aloísio Campos desceu a minúncias e passou um "pente fino" em todo o projeto de Constituição. Além das 56 sugestões de ontem, ele pretende apresentar mais 100 propostas hoje. Uma das sugestões apresentadas ontem, por exemplo, corrige a redação do inciso VI do artigo 4º, que prevê a inviabilidade da liberdade de consciência e de crença, assegurados os cultos religiosos e suas liturgias mediante proteção aos locais de seu livre exercício, na forma da lei.

O deputado Sigmaringa Seixas

(PSDB-DF) propõe que o Distrito Federal volte a ter a competência sobre a organização administrativa do Ministério Público e da Defensoria Pública do seu Judiciário, que na carta é atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República.

As lideranças dos partidos também a apresentação ou vão apresentar suas sugestões. O PMDB encaminhou 17, uma delas corrigindo omissão do texto para que os atos necessários ao exercício de cidadania e as ações de habeas corpus e habeas data sejam gratuitas e não apenas aos que forem "reconhecidamente pobres", como está no projeto.